

Paisagens da Juréia: um estudo interdisciplinar sobre o povoamento do litoral sul paulista*

Plácido Cali¹

A região da Juréia e Serra dos Itatins, localizada predominantemente no município de Iguape – SP é uma das áreas mais preservadas do Estado de São Paulo. Atualmente, a maioria desse território integra a Estação Ecológica Juréia-Itatins. Entretanto, a paisagem atual é bem diferente daquela do século XIX e até mesmo dos dois primeiros decênios do século XX. A floresta esconde os vestígios de fazendas, engenhos, capelas, cemitérios, olarias, enfim, de um período que só agora foi revelado.

Esse artigo apresenta alguns dos resultados obtidos pelo Projeto Arqueológico Juréia-Itatins, desenvolvido entre 1994 e 1998 com o auxílio da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Esta pesquisa visou compreender o processo de povoamento da referida região, no período de 1800 a 1921.

A pesquisa revelou que essa ocupação foi expressiva, principalmente após a introdução do arroz como atividade comercial no início do século XIX. O período estudado estendeu-se até o início do século XX para compreender a mudança no processo fundiário, em decorrência do declínio da produção de arroz no final do século XIX.

A pesquisa resultou no cadastramento de vinte e dois sítios arqueológicos históricos, na análise de 651 peças arqueológicas coletadas, inventariadas e classificadas e de trezentos e dois registros de imóveis no período.

Na área em questão, destacam-se uma baixada sedimentar e uma região serrana. A maior parte da área está inserida na Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape. De maneira geral, podemos dividir a área sob a abrangência dos três principais rios. O rio Ribeira de Iguape, limite sul pela costa, estende-se pela praia da Juréia através de seus afluentes Acaraú e Ipiranga. O rio Una d'Aldeia, afluente do Ribeira, abrange quase metade da área, com os seus afluentes, como os rios Pequeno, Saputanduva,

* Artigo que será publicado na *Enciclopédia Caiçara*, do NUPAU/USP. (no prelo)

¹ Doutorando em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo.

Itimirim, Pedras, Itingussu e outros. Já o rio Una do Prelado domina a metade norte da área, contornando e envolvendo a Serra da Juréia juntamente com os rios Pogoça, Escalvado, e recebendo a água dos rios originados na Serra dos Itatins como o Cacunduva, Palhal, Canela, Carvalho e Itinga Grande.

Analise Espacial

Como instrumento metodológico da pesquisa, optamos pela análise espacial, com a abordagem da Arqueologia da Paisagem, que entende o espaço como uma realidade fundamentalmente social, permitindo considerar *espaços diferentes*, ainda que em um mesmo espaço formal. Adotamos, dessa maneira, o conceito de espaço como uma categoria cultural, do arqueólogo Felipe C. Boado (1992). A partir dessa concepção, realizamos uma análise de padrões de assentamento, que utilizou as informações obtidas no cadastramento de vinte e dois sítios arqueológicos históricos, somadas ao estudo da cultura material, das fontes textuais, cartográficas e ambientais. Esse caráter interdisciplinar da pesquisa possibilitou um estudo em termos de macro assentamento. Identificamos três tipos de padrão de assentamentos.

Os Padrões de Assentamento

1º Padrão de Assentamento: o caiçara

Dos três tipos de padrão de assentamento observados na Juréia, o primeiro ocorreu ao longo da orla marítima e caracterizou-se por abrigar pequenas e médias propriedades. A maior parte desse tipo de assentamento era de pequenos sitiantes ou “sitiante tradicionais”, definidos por Nice Lecocq Müller, como “todo o pequeno produtor que, responsável pela lavoura, trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda de sua família e, ocasionalmente, de alguns empregados remunerados”.²

Esses assentamentos ocupavam as áreas de restinga, próximas a praia, ou mais para o interior, na floresta de Mata Atlântica, e no caso do sítio Rio Verde II, aproveitando a área de várzea do Rio Verde. Construíam sua casa de pau-a-pique e faziam a roça de subsistência, onde predominava o cultivo da mandioca. Cultivavam também arroz,

² MÜLLER, Nice L. **Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, 1951, pp. 27-28.

feijão, milho e outros produtos. No caso do sítio Saltinho havia uma área de pasto para criação de modesto gado. A pesca era fundamental e os peixes abundantes tanto na praia quanto nos rios que deságuam na costa, como o Una do Prelado, o rio Verde, o Grajaúna e outros. A caça era complementar a sua dieta e em quantidade, até algumas décadas atrás. É provável que algum excedente de sua produção fosse comercializado para a aquisição de remédios, vestuário, sal, etc.

Nos casos identificados, as casas localizavam-se até 800 metros de distância da costa, situando-se a uma altitude de no máximo 10 metros em relação ao nível do mar.

Os sítios arqueológicos correspondentes a esse tipo de assentamento são:

1. **Saltinho**: situado na praia do rio Verde, a propriedade possuía casa de pau-a-pique sobre alicerces de pedra e barro, com piso de madeira e coberta de telhas. A área da casa era de 147,25 m², sendo que o restante da propriedade estendia-se em tamanho indeterminado, contendo área cercada para criação de gado e áreas de plantio variado com uma casa de farinha distante da casa residência. Possuía também uma olaria composta por dois “fornos de barranco” para a produção de telhas e cerâmica para seu próprio consumo. Importante ressaltar que a casa ficava junto ao Caminho do Imperador (também conhecido como Trilha do Telégrafo), passagem obrigatória dos viajantes que se deslocavam para o sul;
2. **Rio verde I**: situado à margem direita do rio Verde e junto à praia, a casa possui as mesmas características da anterior, podendo, entretanto, ter cobertura de sapé. A área da construção é de 82,5 m². Também se localizava junto ao Caminho do Imperador, no trecho que inicia a subida da Serra da Juréia para sua travessia;
3. **Rio Verde II**: com a mesma técnica construtiva dos dois anteriores, a casa possuía 30 m², tendo, na parte externa da casa, um forno com tacho, para torrar farinha. Na parte traseira da casa passava um valo artificial que coletava água numa cachoeira próxima e desaguava no rio Verde;
4. **Prado**: está localizado na praia do rio Verde. Ao contrário dos alicerces de pedra e barro, tem quatro blocos de pedra nos cantos da casa para dar sustentação ao piso de madeira, sendo também as paredes de pau-a-pique ou madeira;
5. **Costão da Juréia**: localiza-se ao pé da Serra da Juréia e junto à praia da Juréia. É idêntico ao anterior, tendo 60 m²;

6. **Ipiranga:** situado na praia da Juréia, a casa de madeira ou pau-a-pique mantinha-se sobre quatro colunas de um metro de altura, feitas em alvenaria de pedra e cal, tendo 51 m². Há vestígios de equipamento de beneficiamento de farinha de mandioca.

2º Padrão de Assentamento: capuava e ribeirão

Já o segundo padrão de assentamento se assemelha ao primeiro, só que esteve presente mais distante da costa. Adentrando o interior da Juréia e Serra dos Itatins, ocuparam as áreas deixadas pelas fazendas, por suas características menos favoráveis do ponto de vista físico, como as encostas dos morros, e do ponto de vista econômico, como é o caso dos ribeirinhos, onde o escoamento da produção era mais difícil e dispendioso. Nessas áreas deve ter ocorrido o maior número de posses, tendo em vista o seu isolamento.

Se neste caso as condições de solo não eram tão adequadas ao cultivo da mandioca quanto na costa e a pesca menos farta, compensava-se com o cultivo do arroz nas várzeas dos ribeirinhos e a maior quantidade de caça e coleta de vegetais, como o palmito.

É difícil saber qual a relação dessas famílias com as fazendas de arroz da região. Alguns indivíduos devem ter trabalhado nas fazendas como assalariados, após o fim da escravidão, outros podem ter se tornado arrendatários. Não existe documentação arqueológica ou textual que dê indícios sobre tal situação. Sabemos, entretanto, que o modo de vida do sitiante tradicional tende a se desintegrar quando, numa mesma área, há latifúndios e monoculturas.

Esse segundo tipo de assentamento tem como exemplares os sítios:

1. **Itatins I:** a casa seria de pau-a-pique ou madeira, com alicerces de pedra e barro. A área construída era de 197 m².
2. **Itatins II:** o mesmo tipo de casa da anterior, mas com alicerces de pedra e cal, tendo um pequeno porto com acesso ao rio, com paredes em alvenaria de pedra e cal.

Conhecendo-se as atividades econômicas praticadas e os tipos de assentamentos existentes ainda hoje na região, é possível pensar que, para os dois padrões de assentamento acima descritos, a casa possuía, quase exclusivamente, função de abrigo. No primeiro caso, podia estar associada à função de depósito (para abrigar a produção agrícola, e/ou utensílios de pesca) e beneficiamento de produtos (como farinha de mandioca). No segundo caso, a presença de depósito relaciona-se somente com a produção agrícola, sendo mais rara a função de beneficiamento.

A agricultura praticada nesses dois casos foi basicamente a itinerante voltada para a subsistência e associada à pesca e à caça. Ela foi praticada na região desde o início da colonização, cujos principais produtos foram a mandioca e, a partir do século XVIII, o arroz. Esse tipo de agricultura era sempre predatória e itinerante, praticada em colinas, terraços, matas de restinga, dunas ou no jundu. Os posseiros e cultivadores contavam apenas com técnicas rudimentares, mas com áreas extensas. No geral, a roça era abandonada depois de dois ou três anos.

O sitiante tradicional

Esses dois padrões de assentamento sobreviveram até o nosso século, sendo os que menos sofreram influência das mudanças político-econômicas. O sitiante tradicional, dispondo de poucos recursos materiais, procurava satisfazer suas necessidades explorando os recursos naturais disponíveis. Estabelecia-se, assim, uma relação de dependência entre as necessidades e os recursos técnicos e naturais.

O modo de vida do caipira tradicional, descrito por Antonio Cândido (1988: 36), constituiu-se na elaboração de “técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (...) relacionado a uma vida de tipo fechado, com base na economia de subsistência”. O autor atribui a natureza do povoamento paulista àquele “condicionado pela atividade nômade e predatória das bandeiras”. De fato, o bandeirismo colabora no entendimento desse tipo de povoamento, tanto pela sua relação com o meio ambiente, quanto pela sociabilidade do povoador. O resultado da herança portuguesa e do indígena constituiu o que Antonio Cândido chamou de “economia seminômade” do paulista.

A agricultura itinerante seria uma continuidade do frequente deslocamento do bandeirante, assim como do indígena, compensando a falta de tecnologia agrícola para ter à sua disposição terras férteis. A coivara, praticada pelos indígenas, necessitava dar à terra o tempo de recuperação de seus nutrientes, para ser reutilizada com eficiência, atingindo melhor produtividade. Isto somente era possível devido à grande disponibilidade de terras, tendo os posseiros poucos gastos nas mudanças de sua casa.

As casas eram feitas utilizando-se a matéria prima encontrada na região: barro, madeira, pedra e folhas. De maneira geral, a estrutura de madeira da casa continha o enquadramento formado pelos esteios, baldrame e frechal, recebendo uma armação de paus roliços fixados na posição vertical e unidos entre si por pequenas varas equidistantes e horizontais, passadas pelo lado de fora e pelo lado de dentro alternadamente. O barro era atirado nessa estrutura de paredes, por duas pessoas ao mesmo tempo, a fim de preencher todo o seu interior e dar-lhe acabamento. Ao barro poderia ser misturado capim, crina animal, sangue, cal ou areia para facilitar o endurecimento. A cobertura também era rústica, feita de sapé ou folhas de palmeiras.

A simplicidade da casa de pau-a-pique facilitava a sua construção, e o seu abandono. A mobilidade do sitiante aumentava o caráter de povoamento disperso. Porém, o isolamento decorrente dessa condição é mais ilusório do que real, se considerarmos o contexto sociocultural do sitiante tradicional.

3º Padrão de Assentamento: o fazendeiro

Origens e características da grande propriedade

O antigo sistema colonial da época mercantilista (séculos XVI – XVIII), implantado no Brasil, alicerçou-se na monocultura voltada à exportação e na utilização de mão de obra escrava. Não necessariamente nessa ordem, a monocultura de exportação foi uma condição necessária à utilização do escravo africano, principal mercadoria importada pela colônia, chegando a representar 70%³ do total das importações (SINGER, 1979: 133).

³ No decênio 1841 – 1850.

Nesse contexto, a grande propriedade foi favorecida em relação à pequena propriedade. Como afirmou Paul Singer (1979: 133), “

(...) o caráter da conquista da terra favoreceu a grande propriedade, o status social que ela conferia propagou-a, o escravagismo tornou-a viável, a procura européia de produtos tropicais fê-la opulenta. A pequena propriedade não podia competir com ela na produção para o mercado, sendo obrigada a restringir-se à simples economia de subsistência.

A propriedade colonial tinha grande extensão de terras e, na região, somente surgiram outras de menor tamanho, oficialmente, a partir da Lei de Terras de 1850. Foi no período compreendido entre o ano de 1820, data da extinção do sistema de sesmarias e a Lei de Terras de 1850, que as posses se intensificaram no Brasil e, igualmente, na região.

A nova Lei modificou o acesso à terra. Antes era considerada como patrimônio pessoal do rei, por isso só poderia ser adquirida por sua doação. A partir de 1850, as terras tornaram-se de domínio público, patrimônio da nação. Segundo a nova Lei, a terra somente poderia ser comprada. Para que trabalhadores importados das metrópoles não se tornassem facilmente proprietários, as terras eram vendidas a preço elevado. Segundo J. F. Graziano da Silva⁴ a determinação do artigo 14 da Lei de Terras, além de obrigar que os lotes fossem vendidos em *hasta pública* com pagamento à vista, fixava preços mínimos superiores aos vigentes no país.

A mão de obra utilizada nessas fazendas era, até 1888, de escravos de origem africana, como comprova o **Livro de transcrição do penhor de escravos** e os **Livros de registro de batismos dos escravos** dos anos: 1811 – 1825; 1840 – 1844; 1856 – 1870, contidos no 2º Registro Cartorial de Iguape. Não há informações seguras sobre a utilização de indígenas nesses locais. Entretanto, algumas informações indicam a presença incipiente de mão de obra indígena em algumas fazendas da região. Ernest Young (1904: 139) transcreveu documento (nº 29) sobre a sessão da Câmara da Vila de Iguape, de 12 de outubro de 1841, dando notícia da fuga dos índios

⁴ SILVA, J. F. Graziano da. (coord.) **Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 29 – 30.

que se conservavam com o Padre Francisco Manoel Junqueira e Balduino Francisco da Costa. O Padre Francisco Manoel Junqueira possuía uma propriedade, em 1820, no rio Itingussu, outra no rio Guacunduva, em 1836 e mais uma na Juréia, em 1856 (CALI, 1999: 191). Já José Arouche de Toledo Rendon (1978), relatou em 1798 a utilização de indígenas do aldeamento de São João Batista em Peruíbe/SP, que na ocasião pertencia à vila de Conceição de Itanhaém, como mão de obra nas fazendas da região. De qualquer forma, existiram alguns casos, mas isolados e raros.

Com o fim da escravidão em 1888, introduziu-se nas fazendas o trabalhador livre sob a forma de assalariado e o sistema de arrendamento. O trabalhador livre viu-se cerceado por um sistema econômico que o levava ao constante endividamento no armazém, sendo o fazendeiro também um agiota. Manteve-se, assim, uma relação de dependência que não podia ser rompida. Agora, o fazendeiro não possuía mais o título de propriedade do escravo, mas o título da dívida que nunca podia ser paga.

Esse vínculo de dependência econômica também se aplicava ao arrendatário, que utilizava uma parte das terras do proprietário, pagando-lhe na forma de renda, e, principalmente, ao parceiro, que pagava pelo uso da terra com parte da colheita, sendo que o restante geralmente era vendido ao dono da terra. Até a colheita o arrendatário endividava-se com o proprietário, restando-lhe pouco ou quase nada após o pagamento das dívidas. Cabe lembrar que os preços pagos pelo dono da terra pela produção do arrendatário eram, muitas vezes, inferiores aos de mercado. Sem falar nos preços mais elevados dos mantimentos comprados pelos arrendatários do dono da terra.

A diversificação agrícola implantada pelo Marquês de Pombal (1750 -1777) e continuada por seus administradores, possibilitou o desenvolvimento de produtos relativamente novos, como algodão e arroz. Enquanto a mandioca e uma incipiente policultura de subsistência predominavam na orla marítima da Juréia, praias do Una e rio Verde, os principais rios que penetravam para o interior e seus afluentes foram sendo ocupados por fazendas, nas quais predominava a produção de arroz para exportação. Essas fazendas constituem o terceiro sistema de assentamento identificado na região e que descreveremos adiante.

A produção de arroz começou a ganhar novo impulso, entre 1760 e 1770, com a construção dos primeiros engenhos para o seu beneficiamento.⁵ Em 1820, o Brasil supria com arroz todo o seu mercado interno e ainda exportava para Portugal, que por sua vez, exportava o produto. O arroz alcançou destaque na pauta das exportações até meados do século XIX. Segundo Roberto Simonsen, entre 1770 e 1828, o arroz teria contribuído com 4.500.00 libras esterlinas, sendo 906.000 do Pará, 2.000.000 do Maranhão e 594.000 libras entre Bahia, São Paulo e talvez Pernambuco ⁶.

As fazendas que constituem o terceiro padrão de assentamento surgiram na região principalmente em função da introdução do arroz como atividade comercial. Em São Paulo, o arroz era cultivado principalmente no litoral. Lourenço Granato (1914: 15) registra a exportação desse cereal entre 1805 e 1807 nas Vilas de Iguape, Paranaguá, Ubatuba e São Sebastião.

Iguape foi, provavelmente, o maior produtor de São Paulo. Pelo menos em 1836, dos 119 engenhos existentes na Província de São Paulo, 100 se localizavam no Vale do Ribeira⁷. Granato afirma que já existiam arrozaes em Iguape desde 1660, pois *arrozaes* e *cafezaes* foram dados como limites da área de uma sesmaria registrada naquele ano. Refere-se também a um imposto cobrado sobre o arroz em 1710, registrado no livro de exercício da Câmara Municipal daquele ano, documento este que desconhecemos. Coincidente com esta informação, dá outro registro:

Na medição da Sesmaria Husahy, situada na margem direita do Ribeira e próximo a barra, feita em 1631, a linha divisora entre estas terras e as de Antonio Serão passou rente a uma pequena plantação de café e adiante no meio de um arrozal ⁸.

Martim Francisco de Andrada⁹ informava já em 1803, quando passou pela região:

⁵ O primeiro engenho não artesanal construído no Brasil data de 1756, construído por Antonio Marques Guimarães e Companhia, no sítio "Andaray Pequeno".

⁶ SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1967.

⁷ MULLER, Geraldo. Estado, estrutura agrária e população in **Cadernos CEBRAP** nº 32. Petrópolis: Vozes, 1980.

⁸ Carta de Ernest Young dirigida à Lourenço Granato.

GRANATO, Lourenço. **O Arroz**, São Paulo: Typ. Levi, 1914, p. 16.

⁹ "Diário de uma viagem mineralógica pela Província de São Paulo no ano de 1805" in CLETO, Marcelino P. (e outros). **Roteiros e notícias de São Paulo colonial**, São Paulo: Governo do Estado, 1977. p. 182.

Sua cultura funda-se em arroz e mandioca, e já há muito engenho d'água de pilar arroz; o restante reduz-se a pouco café, algodão, cana e algum pomar de frutos de espinho.

No **Relatório da Comissão Central de Estatística** de 1888 ¹⁰ consta a existência de trinta e oito engenhos de beneficiar arroz em Iguape, sendo três à vapor e trinta e cinco movidos a água, e apresenta os seguintes dados:

Os terrenos do município produzem arroz, feijão, café, canna de assucar, milho, mandioca, batatas, cacáo, vinho e algodão, sendo, porém, o arroz quasi que o unico genero de exportação, cuja média annual é de 50.000 saccas de 60 kilogramas.”

“A lavoura de canna, (...) está em completo atrazo, entregue a pequenos lavradores, (...) tudo reduz-se ao fabrico da aguardente, de que se exporta annualmente cerca de 120.000 litros.

O cultivo do arroz em Iguape era feito pelo sistema mais primitivo: as *coívaras*. No local para o plantio, a mata era derrubada e queimada, e o arroz plantado com um pau pontiagudo. Os grãos ficavam enterrados a uma profundidade que variava de cinco a quinze centímetros. Quando o terreno estava úmido, costumavam espalhar as sementes e enterrá-las com os pés. Já a colheita consistia no corte das espigas uma a uma, com o canivete. Este sistema ainda hoje é utilizado por alguns caiçaras da Juréia.

Ernest Young (1907:424) escreve que em 1907 o lavrador de Iguape tinha preferência pelas seguintes variedades de arroz: Vermelho, Branco, Carolina, Mattão, Minguitão, Maranhão e Carrapato. Existiu uma variedade conhecida como *arroz legitimo de Iguape*, que Young (1907: 517) acredita tratar-se do *Oriza elongata*. Uma qualidade especial de arroz perfeitamente adaptado à região.

Iguape possuiu, ao longo do Mar Pequeno, vários engenhos de pilar arroz movidos a água, que era captada dos morros por estreitos e longos valos, represando-a e canalizando-a para as rodas d'água que, por sua vez, movimentavam os pilões. No século XIX, foram introduzidos alguns poucos engenhos à vapor.

Os grandes produtores podiam optar se mandavam o arroz em casca para ser beneficiado e depois vendido; vender o arroz em casca para os donos de engenhos;

¹⁰ **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística**, São Paulo: Leroy King Bookwalter, 1888. p. 384 e 385.

ou no caso de possuírem engenhos em suas propriedades, vender diretamente o arroz pilado, com menos gastos e mais lucros.

Ao pequeno lavrador, entretanto, restavam poucas opções. Young (1907: 423) descreve a situação no início do século XX, que certamente remonta à situação do lavrador do século XIX. Os negociantes ou proprietários de engenhos forneciam aos lavradores pobres, os produtos que necessitavam durante o ano. O pagamento era feito na ocasião da colheita, com o produto da lavoura. Esse arroz era vendido mais tarde por preços elevados pelos negociantes. Em 1906, enquanto no começo da safra o valor foi de 2\$ (dois mil réis) por alqueire, tempos depois era vendido nas casas de comércio por 3\$500 (três mil e quinhentos réis).

O padrão de assentamento

As propriedades agrícolas voltadas principalmente à produção do arroz para exportação formam o terceiro padrão de assentamento que se deu, principalmente, ao longo dos rios Una do Prelado, Una da Aldeia, Pedras, Itimirim e seus afluentes. Essas propriedades eram de tamanho proporcionalmente maior do que às da costa, e as terras bem mais férteis. Pouco sabemos sobre a agricultura comercial praticada nas fazendas, mas pela grande disponibilidade de terras deve ter se realizado pelo sistema de rotação, com outras culturas.

Vários fatores condicionavam a escolha do local para a instalação de uma fazenda. Além do tamanho das terras disponível, deveria estar localizada próxima a um rio navegável para o escoamento da produção e ter fontes d'água potável. Aliás, água em abundância era fundamental, principalmente para mover os engenhos. Terras próprias para o pasto e para o plantio de produtos para o consumo da própria fazenda também eram importantes. Os sítios arqueológicos identificados neste padrão situavam-se até 20 metros de altitude em relação ao nível do mar.

No caso das propriedades relacionadas à produção agrícola comercial, as edificações estavam ligadas à técnica de alvenaria de pedra e cal, como observamos ainda hoje nos exemplares que restaram: sítio Rio das Pedras I e II, Pogoça, Capivari, Costeira, Cambicho, Furão, Una I, II, III e IV.

Nos sítios Cambicho e Una I, pelo menos, esteve presente, também, a técnica de alvenaria de tijolos. Nestes casos, os alicerces e as colunas eram feitos em alvenaria de pedra e cal e as paredes externas de tijolos. No sítio Rio das Pedras II o piso de madeira estava assentado sobre fileiras paralelas de tijolos. Em todos os casos, as paredes divisórias dos cômodos eram de pau a pique.

Normalmente utilizavam construções com vários cômodos, podendo ou não abrigar sob o mesmo teto dependências de depósito e beneficiamento. Não há nenhum estudo específico sobre tal distribuição espacial na região, nem mesmo sobre as senzalas que abrigavam os escravos. Na escolha do local para a construção da casa sede da fazenda, buscava-se um ponto mais elevado em relação ao terreno e livre das áreas de inundação dos rios.

As fazendas de arroz, bem como as de cana para a produção de aguardente tinham, além das áreas de plantio e as instalações de beneficiamento, áreas de matas para extração de madeira e lenha, pastos e áreas para o cultivo de produtos para a subsistência da família dos proprietários e trabalhadores.

O anúncio de venda de uma propriedade no rio Una do Prelado exemplifica esse tipo de fazenda¹¹:

Vende-se o grande e magnífico sítio denominado Engenho no rio Una do Prelado; neste município, contendo magníficas aguadas suficientes para mover grandes machinas, bôa caza para moradias, engenho para pilar arroz, etc. Além disso contém também em seu vasto território de uma légua, mais ou menos, exelente mattos de erva mate e grande quantidade de bôas madeiras para construções.

Muitas fazendas de arroz, possuindo engenhos em sua propriedade, evitavam o serviço dos engenhos do Mar Pequeno. Os sítios Cambicho, Pogoça e Cachoeira do Engenho possuíam engenhos na propriedade. Mas, a construção de um engenho representava um investimento que nem todos podiam arcar.

Sobre esta questão, remetemo-nos, como exemplo, às palavras do Sr. Carlos Botelho, durante o 1º Congresso de Cultura e Comércio de Arroz ¹²:

¹¹ **Jornal de Iguape**. 28 de abril de 1892. Acervo Casa da Cultura de Iguape.

¹² Sociedade Paulista de Agricultura. **Primeiro Congresso da Cultura e Comércio do Arroz realizado na cidade de São Paulo**, São Paulo: Typographia Piratininga, 1916. p. 226.

Foi um erro muito grande, meu collega. A verdade é que nunca deveríamos ter tratado de montar um engenho em cada fazenda. Mas o produto era de tal maneira remunerador que nos permittimos essas orgias. Sahimos fora da nossa órbita e sabemos o que nos tem custado isso: é por isso que cada fazendeiro, a começar pelo orador, é um arrebetado, desejando, todavia, não o ser por toda a vida.

O arroz produzido na Juréia era transportado para Iguape pelos rios até o Mar Pequeno, onde era beneficiado nos engenhos d'água e alguns poucos à vapor.

Os sítios arqueológicos desse terceiro padrão de assentamento são:

1. **Pogoça:** ruínas em alvenaria de pedra e cal. Existiam na fazenda a casa sede, engenho, açude e senzala. Áreas de plantio de arroz em escala comercial e outros produtos principalmente para consumo interno, além da criação de gado;
2. **Cachoeira do Engenho:** alicerces de pedra e cal. Segundo informações orais, havia a casa sede e engenho de arroz;
3. **Capivari:** ruínas da casa sede da fazenda, com 249,76 m², feita em alvenaria de pedra e cal, tendo, além das janelas, duas seteiras;
4. **Costeira:** colunas em alvenaria de pedra e cal. Provável sede de fazenda;
5. **Furão:** casa sede de fazenda feita em alvenaria de pedra e cal (Furão-01), com 258,64 m², e pequenas colunas em alvenaria de pedra e cal (Furão-02), com 51,94 m²;
6. **Cambicho:** casa sede da Fazenda Cambicho (Cambicho-01), cuja propriedade do imóvel é datada de 1805. Os alicerces e as colunas eram feitas em alvenaria de pedra e cal e as paredes de tijolos. Sua área é de 275,15 m². A fazenda continha, ainda, um engenho (Cambicho-02), cujas ruínas situam-se próximas à casa, e um valo que captava água no morro, indo até o açude, junto ao engenho. O arroz era o principal produto, havendo outros cultivos para subsistência e criação de gado;
7. **Una I:** casa sede, com alicerces e colunas em alvenaria de pedra e cal e paredes de tijolos. Sua área é de 374,40 m²;
8. **Una II:** casa sede, construída em alvenaria de pedra e cal, medindo 502,55 m²;
9. **Una III:** casa sede, construída em alvenaria de pedra e cal;
10. **Una IV:** vestígios de antiga capela em alvenaria de tijolos. Poço de alvenaria de tijolos;

11. **Rio das Pedras I:** casa sede de fazenda de arroz, construída em alvenaria de pedra e cal, com 653,73 m²;

12. **Rio das Pedras II:** casa sede de fazenda de arroz, construída em alvenaria de pedra e cal. O assoalho de madeira deveria apoiar-se em fileiras paralela de tijolos.

A cultura material

Os artefatos coletados durante as pesquisas arqueológicas forneceram importantes informações sobre os sítios e seus habitantes, principalmente no que se refere ao nível sócio-econômico das propriedades. Dentre as peças coletadas estão louças importadas da Inglaterra, Portugal, Holanda e França; cerâmica neobrasileira e cachimbos, de produção local e regional; vidros de garrafas de remédios e bebidas importadas, garrafas de grés importadas e material construtivo. A maioria dos artefatos é de uso doméstico. Embora não exista espaço neste trabalho para abordar todas as questões que envolvem a análise da cultura material, destacamos a grande quantidade de louças importadas, que praticamente só aparecem nos sítios do terceiro padrão de assentamento, ou seja, nas fazendas. Poucos artefatos foram encontrados nos sítios dos dois primeiros padrões de assentamento.

Caminhos, navegação fluvial e a construção naval

A região da Juréia e Serra dos Itatins dispunha de poucos caminhos por terra, sendo raros os exemplos. O principal deles foi o chamado “Caminho do Imperador”, ou “Estrada da Marinha” como era conhecido na época. Já em 1849, a Câmara Municipal da Vila de Itanhaém relatava o precário estado de conservação da estrada¹³. Em 1850, o orçamento da Vila destinado à manutenção da estrada era de 500 réis, aplicados no reparo de vinte e duas léguas de estrada na parte de Itanhaém, principalmente no conserto de pontes destruídas pela enchente de 17 de maio daquele ano¹⁴.

Em 1871, foi instalada nessa estrada a linha telegráfica entre Iguape e Santos. Partindo de Iguape, passava pela encosta do morro do Espia, seguindo até Icapara e

¹³ **Ofício da Câmara Municipal da Villa de Itanhaé ao Presidente da Provincia Vicente Pires da Motta**, datado de 27 de agosto de 1849. Arquivo do Estado de São Paulo. Localização: C. 257 – P. 1 – O.61 – O. 1052.

¹⁴ **Ofício da Câmara Municipal da Villa de Itanhaé ao Presidente da Provincia Vicente Pires da Motta**, datado de 31 de agosto de 1850. Arquivo do Estado de São Paulo. Localização: C. 257 – P. 1 – O.70 – O. 1052.

Barra do Ribeira. Prosseguia paralela à praia da Juréia até a Serra da Juréia, como comprovam os vários postes de telégrafo ainda existentes no local. Contornava a sua encosta por um caminho feito, em alguns trechos, de pedra e muros de arrimo. Atingindo o Rio Verde, seguia até a Barra do Una e depois rumo à Itanhaém, atravessando a Serra dos Itatins.

É provável que não tenham sido abertos caminhos significativos para o interior, desde a exploração do ouro no Vale do Ribeira, para se evitar o contrabando de mercadorias. Desta forma, as vias fluviais eram os principais caminhos utilizados para o deslocamento dos habitantes e para transportar produtos comercializados na cidade. Mas, a produção comercial do arroz fez surgir a necessidade de navegação regular, visto que, até o século XIX, apenas as canoas serviam a região. Em 1842, surgiu a primeira embarcação à vapor que sulcou as águas do Ribeira de Iguape: a barca "Voadora", de quarenta e quatro toneladas. A partir do Ribeira, essa navegação foi se expandindo e, em 1884, já servia o rio Juquiá e o rio Una da Aldeia.

A decadência da cultura do arroz

A partir do século passado, a produção de arroz sofreu um declínio. A nível nacional, a formação da economia cafeeira produziu uma grande oferta de câmbio e criou facilidades para importação do arroz. Já em nível regional, destacamos dois fatores. O primeiro se refere a problemas para substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada, a partir da abolição da escravidão. A escassez de mão de obra pode ter colaborado para o abandono dessa agricultura na região, já que a maioria das fazendas se localizava em pontos isolados e distantes de qualquer núcleo urbano ou até de povoados menores.

O segundo fator liga-se à abertura de um desvio das águas do Ribeira para o Mar Pequeno, feito com o objetivo de encurtar a distância até o Porto de Iguape¹⁵. Originalmente um pequeno canal de dois quilômetros e meio de comprimento e cerca de cinco metros de largura, transformou-se rapidamente no "Valo Grande", com mais de duzentos metros de largura. Como consequência, provocou a diminuição da profundidade no Mar Pequeno, com a criação de extensos e rasos bancos arenosos,

¹⁵ As obras foram de 1826 a 1860. Para conseguir mais recursos, foi criado um imposto de 20 réis por alqueire de arroz pilado. Em 1839, foi elaborado um abaixo assinado contra o imposto.

obstruindo o próprio porto e a barra de Icapara. Assim, a navegação regular de barcos à vapor, que surgira no século XIX em Iguape, para escoar a produção de arroz das fazendas até o Porto de Iguape, ficou seriamente prejudicada. O mesmo ocorreu com embarcações de maior calado.

Análise Fundiária

Ao estudarmos os sítios juntamente com a documentação textual disponível, constatamos que as pequenas e médias propriedades (82%) eram responsáveis por apenas 14,85% das terras com assentamentos oficiais, enquanto que os latifúndios (grandes e muito grandes) ficavam com a parcela de 85,15%. ¹⁶

A distribuição dos tipos de propriedades, em relação ao seu tamanho, segue o padrão por nós apontado, concentrando-se os latifúndios nas áreas do interior, ao longo dos rios. Seguindo a orla marítima, há o predomínio das pequenas e médias propriedades.

Esses dados revelaram uma situação fundiária de grande complexidade com uma acentuada concentração de terras no poder de alguns latifundiários, e um número significativo de pequenos e médios lavradores tentando aproveitar ao máximo as terras que possuíam.

Por intermédio desses dados, é possível compreender a formação do processo fundiário na região. As grandes propriedades se formaram com investidores de fora da região da Juréia e Serra dos Itatins, mas predominantemente do litoral e Vale do Ribeira, com capital ou por meio da posse, adquirindo grandes porções de terras ainda não utilizadas para o assentamento, e/ou comprando ou se apossando das propriedades menores e realizando várias benfeitorias.

Já as pequenas e médias propriedades foram adquiridas por compra ou legalizadas depois de sua posse, a partir de 1850 com a Lei de Terras. Talvez isso explique a grande quantidade de registros de terras em 1855 e 1856, feitos no mesmo dia de sua

¹⁶ Classificação do tamanho das propriedades: Pequenas: até 100.000 m²; Médias: de 100.000 a 1.000.000 m²; Grandes: de 1.000.000 a 10.000.000 m²; Muito Grandes: de 10.000.000 a 100.000.000 m². Critério adotado pela Comissão Nacional de Política Agrária in *Os problemas da Terra no Brasil e na América Latina*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1954, p. 31.

venda ou um dia antes. Era, provavelmente, a possibilidade de legalizar a posse do imóvel, vendê-lo e fazer uma nova posse, investindo o dinheiro da venda em beneficiamentos na nova terra.

Nos fins do século XIX, com o declínio da produção do arroz em Iguape, devido ao processo de assoreamento da barra do Ribeira de Iguape e da queda do preço desse cereal em nível nacional, após o café tornar-se o principal produto de exportação, parte dos proprietários de fazenda de arroz investe em outros produtos agrícolas, tais como: cana de açúcar para a produção de aguardente, café e algodão em pequena escala, assim como na atividade do corte de madeira de lei. Outros proprietários vendem as suas terras por preços baixos para pequenos e médios agricultores. Uma outra parcela passa a se dedicar ao comércio existente nas cidades da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou a compreensão do processo de povoamento da Juréia e Serra dos Itatins, identificando-o como significativo no contexto da história regional e na história da agricultura brasileira.

A análise espacial, em termos de macro assentamento, permitiu a identificação de padrões de assentamento, a partir da concepção da Arqueologia da Paisagem. Esta considera que um determinado grupo se insere no espaço seguindo uma orientação ligada aos aspectos da geografia física mas, também, e principalmente, por motivações culturais, sociais e econômicas, que só podem ser analisadas em seu contexto histórico.

Por intermédio da Arqueologia da Paisagem, esse trabalho distinguiu três tipos de padrão de assentamento. Esse trabalho procurou contribuir em três campos, sintetizados abaixo:

1. Possibilitou o conhecimento de um processo de povoamento que era desconhecido, numa área considerada quase inabitada. Tentou mostrar que, ao contrário, houve um povoamento significativo, com sitiantes tradicionais, fazendeiros e escravos, num território de tensões sociais, culturais e econômicas, cuja estrutura fundiária revelou a forte concentração das terras de assentamento;

2. No âmbito da arqueologia, resultou no cadastramento de vinte e dois sítios arqueológicos históricos, o conhecimento de sua cultura material e a identificação de três padrões de assentamento, diferenciados segundo a concepção teórico-metodológica da Arqueologia da Paisagem. Também apontou a importância da interdisciplinaridade e da utilização de diferentes fontes históricas e ambientais;
3. No que se refere à preservação do patrimônio arqueológico, consideramos os sítios históricos testemunhos do processo de povoamento da região e de suas manifestações culturais, econômicas e arquitetônicas. Tais sítios, já identificados e cadastrados, podem ser protegidos pelos órgãos de preservação. O acervo de peças coletadas na pesquisa possibilitou a formação, em 2002, do Museu Histórico e Arqueológico de Peruíbe.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. Paulino. O Ribeira de Iguape. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Departamento de Cultura, v. CII, 1945.
- _____. Da decadência do litoral paulista. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Departamento de Cultura, v. CVII, 1946.
- _____. Memórias memoráveis. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Departamento de Cultura, v. CXX, 1948.
- ANDRADA, Martim Francisco de. Diário de uma viagem mineralógica pela Província de São Paulo no ano de 1805. In: CLETO, Marcelino P. *et al.* **Roteiros e Notícias de São Paulo colonial**. São Paulo: Governo do Estado, 1977.
- AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial. Ensaio de Geografia Urbana. Retrospectiva. **Boletim**. São Paulo: FFCL/USP, n. 208, 1956. (Cadeira de Geografia n. 11).
- BESCOW, Paulo Roberto. **O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BOADO, Felipe Criado. **Arqueología del Paisaje. El área Bocelo - Furelos entre los tempos paleolíticos y medievales**. Galicia: Dirección Xeral do Patrimonio Histórico e Documental, 1992.

- BOAST, R., EVANS, C. The transformation of space: two examples from British prehistory. ***Archaeological Review from Cambridge***, v. 5, n. 2, p. 193-205, 1986.
- BUNEAU, Philippe. Fontes textuais e vestígios materiais: reflexões sobre a interpretação arqueológica. In: ***Mélanges G. Daux***. Trad. Flávia Faleiros. Paris, 1974.
- CALI, Plácido. ***Sítio Arqueológico Engenho Pacuíba I***. Ilhabela: Ed. Asseart, 2003.
- _____. *História da Cultura Brasileira e Fontes Arqueológicas*. ***Revista Fronteiras***, n. 11, Mato Grosso do Sul: Ed. UFMS, 2003.
- _____. Preservação do patrimônio arqueológico no plano municipal. ***Anais do I Encontro Sul Brasileiro de Educação Patrimonial***. Tubarão: UNISUL, 2001.
- _____. Arqueologia, História e Paisagem: o caso da Juréia. ***Caderno de Resumos do XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira***. Rio de Janeiro: SAB, 2001, p. 104 e 105.
- _____. ***O processo de povoamento do litoral sul de São Paulo: Juréia-Itatins***. São Paulo, 1999. Diss. (mestr.) – Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, 1999.
- _____. *Iguape: Patrimônio Cultural*. ***Caderno Especial do Curso Básico de Monitores Ambientais do Vale do Ribeira***, V. 01, Iguape: Instituto Florestal/SMA, novembro de 1998.
- _____. *Juréia: patrimônio cultural de Iguape*. In: ***Tribuna de Iguape*** n. 13, Iguape: Editora Princesa do Litoral Ltda-ME., 1997.
- _____. *Arqueologia da Paisagem: o caso da Juréia*. In: ***Caderno Paisagem Paisagens*** n. 02, Bauru: UNESP, 1996.
- _____. *Reserva Indígena de Peruíbe: um estudo sócio-cultural dos guaranis*. In: EKMAN, Maya. ***Peruíbe, História das suas Origens, Contos e Lendas***. Peruíbe: Editora Peruíbe, 1991.
- CÂNDIDO, Antonio. ***Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida***. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1998.
- CHANG, K. C. ***Rethinking Archaeology***. New York: Rondon House, 1967.
- _____. Settlement Patterns in Archaeology. ***Addison-Wesley Module in Antropology***, n. 24, 1972.

CLETO, Marcelino Pereira. Capitania de S. Paulo, sua decadência e modo de restabelece-la. In: SÃO PAULO, Governo do Estado. **Roteiros e notícias de São Paulo colonial (1751 – 1804)**. São Paulo, 1977.

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA. **Exploração do litoral: 2º Secção - Cidade de Santos à fronteira do Estado do Paraná**. São Paulo, 1920.

_____. **Exploração do Ribeira de Iguape**. São Paulo, 1914.

CORRÊA, M. Pio. Município de Iguape. Estudo científico. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo, v. XI, 1906.

FLANNERY, Kent V. Linear Stream Patterns and Riverside Settlement Rules. In: **Early Mesoamerican Village**. New York: Academic Press, 1976.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. **Memórias para a História da Capitania de S. Vicente**. São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975.

GEORGE, Pierre. As bases geográficas da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, QUEDA, Oriowaldo. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

GINOUVES, Rene. Perspectives Actuelles de l'Archéologie Classique. **Clássica**. Paris, ano I, p. 111-126. 1988.

GRANATO, Lourenço. **O Arroz**. São Paulo: Typ. Levi, 1914.

HODDER, Ian, ORTON, Clive. **Spatial analysis in archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

HODDER, Ian. **Interpretación en Arqueologia. Corrientes actuales**. Barcelona: Editorial Crítica, 1988.

HUDSON, F. S. The Distribution and Patterns of Rural Settlement. In: **A geography of settlements**. London: Mac Donald, 1970.

KRUG, Edmundo. A Ribeira de Iguape. **Boletim de Agricultura**. São Paulo: Secretaria de Agricultura, série 39, 1938.

LEFEBVRE, Henri. Problemas de Sociologia Rural. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução à Sociologia Rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

MACHADO, Soly S. Rendimento do arroz segundo tamanho das lavouras. **Lavoura Arrozeira**. Porto Alegre: Instituto Rio Grandense do Arroz, jan/fev, 1979.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

- MASCARELLO, Sonia M. P. R. **Arquitetura brasileira: elementos, materiais e técnicas construtivas**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1982.
- MEDEIROS, Narciso de, CUNHA, João Ferreira da, AZZI, Reinaldo. O Vale do Ribeira de Iguape. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, ano VIII, n. 85, 1950.
- MIRANDA, Hilário da S., VIEGAS, Gláucio P. **Orientação geral para a Cultura do Arroz no Estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo/Diretoria de Publicidade Agrícola, 1943.
- MORAES, Diogo. A zona da Ribeira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo, v. XV, 1910.
- MOREIRA, Albertino G. Iguape e outras cidades mortas. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Departamento de Cultura, v. XCIII, 1943.
- MULLER, N. L. Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo. **Boletim**. São Paulo: FFCL/USP, n. 132, 1951. (Cadeira de Geografia n. 7).
- NOËL HUME, Ivor. **Historical Archaeology**. New York: Alfred A. Knopf, 1969.
- PAYNTER, Robert. Models of spatial Inequality: Settlement Patterns in Historical Archaeology. New York: Academic Press, 1982.
- PARSONS, Jeffrey R. Archaeological Settlement Patterns. **Annual Review of Anthropology**. Palo Alto: Annual Reviews Inc., 1972.
- PETRONE, Pasquale. A Baixada do Ribeira. Estudo de Geografia Humana. **Boletim**. São Paulo: FFCL/USP, n. 283, 1966. (Cadeira de Geografia n. 14).
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O sitiante tradicional e a percepção do espaço. In: **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. São Paulo: Ed. Vozes/Edusp, 1973.
- _____. A posição do sitiante tradicional na sociedade brasileira. In: **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. São Paulo: Ed. Vozes/Edusp, 1973.
- _____, org. **Vale do Ribeira: pesquisas sociológicas**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, 1969.
- ROCHA, Vera Lúcia da. **Impactos ambientais causados pelo Vale Grande**. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. Trabalho de Graduação Individual/Departamento de Geografia.
- SALLADE, Jane K., BRAUN, David P. Spatial Organization of Peasant Agricultural Subsistence Territories: Distance Factors and Crop Location. In: TOOKER, E.,

- SWRTEVANT, W. C., orgs. ***Etnography by Archaeologists***. Washington: A. Ethon. Soc., 1978.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. Cultura, indústria e comércio de arroz no Brasil colonial. ***Lavoura Arrozeira***. Porto Alegre: Instituto Rio Grandense do Arroz, ano 32, n. 314, set/out 1979.
- SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. ***A ocupação e o povoamento do Vale do Ribeira***. São Paulo, 1989. (Série Educação Ambiental).
- SILVA, Luiz Geraldo Santos da. ***Caiçaras e janguadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil***. São Paulo: Centro de Culturas Marítimas (CEMAR)/USP, 1993.
- SILVEIRA, João Dias da. Baixadas Litorâneas Quentes e Úmidas. ***Boletim***. São Paulo: FFCL/USP, n. 152, 1952. (Cadeira de Geografia, n. 8).
- SIMÃO, Aziz, GOLDMAN, Frank. Itanhaém, estudo sobre o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade litorânea. ***Boletim***. São Paulo: FFCL/USP, n. 226, 1958. (Cadeira de Sociologia II, n. 1).
- SINGER, Paul. Agricultura e desenvolvimento econômico. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, QUEDA, Oriowaldo. ***Vida rural e mudança social***. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- STINCHCOMBE, Arthur. Classes sociais e meio rural. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, QUEDA, Oriowaldo. ***Vida rural e mudança social***. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- TOULOUSE, Julian H. High on the hawg or How the Western miner lived, as told by bottles he left behind. ***Historical Archaeology***. Detrit, 1970.
- WAGSTAFF, J. M. ***Landscape & Culture. Geographical & Archaeological Perspectives***. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- YOUNG, Ernest G.. Subsídios para a história de Iguape. ***Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo***. São Paulo, v. VII, 1902.
- _____. História de Iguape. ***Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo***. São Paulo, v. IX, 1904.
- _____. O arroz em Iguape. ***Boletim de Agricultura***. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1907.